



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SERASA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1577/03	DATA: 30/09/03
INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 16h35min	DURAÇÃO: 01h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h19min	PÁGINAS: 30	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação e votação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.
Há termo ininteligível.
Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Está a aberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as atividades da SERASA, Centralização de Serviços dos Bancos. Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias da ata da 26ª reunião. Assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Solicito a V.Exa. a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Dispensada a leitura. Em discussão a ata. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discuti-la, em votação a ata. Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovada a ata. Comunico a V.Exas. o recebimento dos seguintes ofícios: da Liderança do PMDB, comunicando a indicação do Deputado Max Rosenmann para integrar, como membro titular, esta Comissão. Reitero a V.Exas. que estamos recebendo os documentos requisitados por esta CPI. Caso queiram consultá-los, estão à disposição dos Parlamentares na Secretaria da Comissão. Antes de começar a Ordem do Dia, comunico a V.Exas. que foi deferido pelo Presidente João Paulo, *ad referendum* do Plenário, a partir do dia 27/9 até o dia 5/11, nos termos do parecer da CCJR, recurso votado em plenário no dia 12/06/2001, referente à questão de ordem apresentada no dia 26/10/1999. Ou seja, nossa CPI foi prorrogada por um prazo, até o dia 5 de novembro de 2003. A Presidência pediu, através de requerimento que está aqui, Requerimento nº 116-9/2003, o prazo de 60 dias, a contar do dia 28. O Presidente João Paulo deferiu até o dia 5/11. Nada impede que esta Presidência novamente reitere o pedido, após o vencimento em 5/11. Comunico também aos nobres Deputados...

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Como já houve essa prorrogação, com a experiência de ter presidido uma CPI em que tivemos uma única prorrogação, na época, tivemos a cautela de adotar um calendário inverso, de tal forma que não precisássemos da prorrogação para o término da CPI... Então, gostaria... Parece que V.Exa. já tomou essa providência, mas seria importante divulgar qual o calendário que vamos ter, principalmente porque temos que ter



tempo para a votação do relatório, para não correremos o risco de uma CPI da importância desta terminar sem a votação de seu relatório, como já aconteceu em outras. Era essa a cautela que, tenho certeza, sei que V.Exa. já adotou, para nos preparamos para entrar na discussão do relatório assim que ele for apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem dito, Deputado Fleury. Quero esclarecer aos nobres Deputados — eu ia fazer isso agora — que esta Presidência, juntamente com o Relator e os 3 Sub-Relatores, mais o Deputado Luiz Alberto e outros Deputados que estão participando das reuniões internas, para as quais todos são convocados, elaborou um calendário baseado no término no dia 5/11, para que possamos aqui ouvir todos que ainda precisam ser ouvidos, que possamos aqui discutir os sub-relatórios, juntamente com o Relator, e submetermos à discussão e aprovação de V.Exas. no dia 28/10. Está aqui o calendário. Teremos reunião interna amanhã, e vamos novamente elaborar, agora com essa data.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - A leitura do relatório está marcada para quando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - A leitura, discussão, votação e aprovação, no caso, do relatório, está marcada para o dia 28/10.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Acho apertado, porque, apresentado o relatório e iniciada a discussão, não se vai votar no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - É, eu, veja... É muito boa a sua observação, Deputado Fleury. Eu elaborei, por exemplo, aqui: nos dias 21/10, 22/10 e 23/10, toda essa discussão em plenário, com a presença de V.Exas., com os sub-relatórios de cada Sub-Relator, e com o Relator, é claro, para debatermos etc. Aí, quando chegar o dia 28/10, tenho certeza de que o pacote já estará meio montado.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Veja bem: dia 5 é o prazo fatal. Se houver pedido de vista do relatório dia 28, acabou o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Aí, temos... Quem pedir vista, terá a vista por 2 sessões.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Terá que devolvê-lo no dia 3.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Tudo bem. Aí vamos ter dia 3 para o relatório final...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Quatro e 5.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - ...E dias 4 e 5 para aprovar a redação final do relatório. Eu acho o prazo apertado, Presidente. Eu recuaria um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Vou discutir com o nobre Relator, mas acato a sugestão de V.Exa. Vou perguntar também à Secretaria: se 1 Deputado pedir vista, pode ser pedida vista novamente?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não pode mais? Então, está certo. Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, na linha do que V.Exa. falou, os Sub-Relatores... Os sub-relatórios vão servir como base para o relatório, o que não obriga o Relator a acatar os sub-relatórios. Então, acho que passarmos 3 reuniões discutindo sobre relatórios é muito. Acho que devemos receber os sub-relatórios, no máximo utilizar uma reunião da Comissão para discutir os sub-relatórios, e depois passarmos ao relatório, porque o Relator pode muito bem não acatar os sub-relatórios, e vamos discutir uma coisa que o Relator pode não colocar no relatório dele. Então, o importante é a discussão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem dito também, Deputado Léo Alcântara, mas quero ressaltar a união que está se formando em torno do trabalho das Sub-Relatorias. Acho que, juntamente com o Relator, não seria realmente impossível sua observação. Mas vamos tomar o devido cuidado. Tenho certeza absoluta de que o nobre Relator, que inclusive já está chegando, não vai deixar de relevar e ouvir os sub-relatórios, até porque foi em virtude da aprovação de nosso requerimento, e com seu consentimento, a criação dos mesmos. No dia 28, se marcarmos para a aprovação final, teremos, então, se alguém pedir vista, até o dia 5, prazo hábil para retornar e aprovar o relatório final. Mas acato a sugestão de V.Exas. e vou trocar idéias amanhã, na reunião interna, com os Sub-Relatores e o Relator, para que isso não dê em nenhum erro. Informo também a V.Exas, antes de começar a Ordem do Dia, que, após a reunião passada, disse aos Deputados que apresentaria requerimento de minha autoria se não houvesse então uma data marcada, estipulada, com certeza absoluta de que seríamos atendidos pelo Ministro



Antonio Palocci. Acho de fundamental importância essa reunião com o Ministro Palocci, principalmente depois da Lei nº 10.738, de 17 de setembro de 2003, na qual houve um veto ao art. 3º, que até tinha sido fruto de uma das conquistas desta CPI, cujo Relator foi o Deputado Neuton Lima, de São Paulo. O art. 3ª dessa medida provisória — vou ler rapidamente — previa a *“criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S/A para atuação no segmento de microfinanças e consórcios”*. O Relator contemplou, no art. 3º, o seguinte relato: *“Art. 3º. A subsidiária integral”,* ou seja, o Banco do Brasil, *“de que trata o inciso I do art. 1º desta lei não está condicionada aos resultados de consultas a bancos de dados de órgãos de proteção ao crédito para a realização de suas operações, observadas as demais disposições legais aplicáveis”*. Infelizmente, esse artigo foi vetado pelo Presidente da República. Vejo isso como uma perda para um Governo que quer proteger e fazer com que os microempresários, as microfinanças sejam estimuladas, até porque isso aqui ajudaria o comércio, porque se o comerciante tem para receber de uma pessoa que não tem dinheiro e ele conseguiu um microcrédito, ele com certeza vai receber a conta. Então, eu agradeço a gentileza da D. Ilma, que foi a assessora do Ministro Palocci, que marcou para dia 7 de outubro, às 10h da manhã. Está feito o convite já a V.Exas. A nossa Sub-Relatora também vai estar presente, além de mim e todos que quiserem. Seremos atendidos pela manhã pelo Ministro Palocci para tratar deste, principalmente, e de outros assuntos relevantes no Ministério da Fazenda. Inclusive da Secretaria da Receita Federal, que é um tema que vamos abordar, o porquê, qual o critério que a Secretaria da Receita Federal usa para investigar empresas do porte como essa, já que a Receita Federal tem o direito de fiscalizar qualquer contribuinte, seja pessoa física, seja pessoa jurídica. Então, em vista disso, eu já antecipo a retirada do meu requerimento. É o último requerimento, 92/03. Item 6 da pauta. Ordem do dia. A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos. Eu indago se não tem nenhum questionamento, porque nós faríamos a pauta completa, mesmo sem a presença de alguns autores de requerimento, para que a gente aproveitasse o dia de hoje, até pelo prazo apertado que temos, para dar continuidade à nossa CPI. Requerimento nº 68/03, do Sr. Luiz Alberto, que *“solicita sejam convocados os Srs. Edson Galdino Vilela de Souza e Ariosto Rodrigues para uma acareação”*. Na ausência do Deputado Luiz Alberto, eu peço a gentileza do



Deputado Almir Moura de encaminhar a matéria, e assim concedo a S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, é de suma importância essa acareação, a primeira nesta CPI, tendo em vista que um lado diz uma coisa, o outro lado diz outra coisa, e esta Comissão precisa de dados mais concretos para fazer a sua avaliação. É nessa acareação que nós poderemos tirar as nossas conclusões. E teve outros casos também, nesta CPI, que, apesar de serem convocadas, houve pessoas que faltaram com a verdade nesta Comissão, e talvez sejam necessárias ainda outras acareações também. No entanto, eu peço aos nobres colegas que considerem o requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Para encaminhar a favor, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Fleury com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - ... Deve ter, sim. Deve ser feita a acareação. Apenas lembro, embora não seja necessário, que o Código de Processo Penal, que subsidiariamente deverá ser aplicado, traz normas expressas de como será a acareação. Eu só temo o seguinte, Presidente: embora seja favorável, vou votar favoravelmente ao requerimento, eu já participei de inúmeras acareações na minha vida profissional, e acareação é uma frustração total. Sempre foi. Porque acarear é o seguinte: "*O senhor está depondo sob a obrigação de dizer a verdade. O senhor confirma o seu depoimento?*" Ele confirma, o outro confirma também, e acabou. É assim que é feita a acareação. Mas vamos fazer, de qualquer maneira, aqui. É assim que o Código de Processo Penal regula e é uma frustração geral quando se faz acareação, porque geralmente as 2 pessoas mantêm a palavra e a gente continua em dúvida. Mas vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu quero, antes de passar à votação, esclarecer a todos os Deputados presentes e àqueles que foram autores de requerimento que eu, democraticamente, coloquei todos os requerimentos que foram feitos em pauta. Mas não necessariamente eu quero dar a certeza de que nós teremos, dentro desse calendário, a oportunidade de realizá-lo. Alguns terão



prioridades. Eu até quero pedir a concordância de V.Exas., porque nós temos que dar, ainda nesse prazo de 36, 37, 40 dias, digamos, toda alternativa para que o pessoal das Sub-Relatorias... Tem pessoas importantes a chamar, e até o pessoal da SERASA vir aqui e debater, dar o controverso de tudo. Então, eu vou... nós vamos colocar em votação, até podemos aprovar, mas eu não posso... Eu quero discutir com o Relator o calendário, amanhã, mais um pouco, com os Sub-Relatores, para colocar as prioridades dentro das datas. Se der, a gente coloca. Não tenho dúvida nenhuma de que todos os requerimentos são importantes. Então, não havendo mais quem queira discuti-lo, passamos à votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 88/03, do Sr. Luiz Alberto, que "*solicita sejam requisitados ao Presidente da Caixa Econômica Federal esclarecimentos adicionais acerca de contrato firmado com a SERASA*". Eu peço novamente ao Deputado Almir Moura que encaminhe a matéria, pela ausência do Deputado Luiz Alberto, e assim concedo-lhe a palavra.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, eu peço aos nobres colegas Deputados que nós possamos aprovar esse pedido à Caixa Econômica Federal de esclarecimentos adicionais acerca de contrato firmado com a SERASA, tendo em vista que até contratos novos têm aparecido e que nós não sabíamos que existiam esses contratos. Agora, estão aparecendo outros contratos também. Então, pedir esclarecimentos à Caixa Econômica Federal vai ajudar esta CPI a chegar também num bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Obrigado, Deputado. Em discussão o requerimento. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Deputado Colombo.

O SR. DEPUTADO COLOMBO - Sr. Presidente Giacobbo, meu microfone está desligado. Vamos solicitar a manutenção dos microfones aqui, porque não estão funcionando direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Faça um requerimento que nós vamos aprová-lo.

O SR. DEPUTADO COLOMBO - Nós estávamos checando a questão desse requerimento porque nós tínhamos uma informação de que o Presidente da Caixa



tinha toda a vontade de colaborar com a CPI — tem a vontade, manifestou agora a vontade de colaborar com a CPI. Inclusive está convidando, o Deputado requerente, Deputado Luiz Alberto, já fez o convite, que fosse lá numa audiência, de forma tradicional, como se têm as audiências, e que ele gostaria de esclarecer ao Deputado o que ele tem lá. Agora, como está sendo informado que é apenas solicitação de documentos, então, parece que há um entendimento de que não haveria nenhum problema com relação a isso. Mas, então, eu aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que a assessoria do Presidente da Caixa mandou comunicar a esta CPI que está à disposição para receber V.Exa. e os membros que acham necessários maiores esclarecimentos. Está à disposição para recebê-los, e, enfim, tratar dessa matéria de que o requerimento trata. Mas, como é documento, evidentemente que a CPI trabalha em cima de documentos para formar um juízo a respeito da relação entre a SERASA e o resto das instituições financeiras. Tem a nossa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Colombo, até houve um mal-entendido. Acho que foi a *Rádio Câmara... A Agência Câmara* noticiou hoje que teria um requerimento nesta CPI que solicitava a presença do Presidente da Caixa. E não é. É simplesmente um esclarecimento acerca do contrato firmado, que eu acho de vital importância, principalmente para o Deputado Luiz Alberto e o Deputado Mussa Demes, que estão trabalhando na Sub-Relatoria de Sonegação e Evasão Fiscal. (*Pausa.*) Nós estamos discutindo o requerimento de V.Exa., Deputado Luiz Alberto. V.Exa. quer a palavra?

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Está concedida.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao nobre Deputado Moura, que defendeu o meu requerimento, mas eu queria só dizer o seguinte, Sr. Presidente: eu recebi um telefonema da Presidência da Caixa e eles se colocaram à disposição se a CPI quiser ir lá, ou eles virão aqui explicar tudo e colocar à disposição todas as informações que a CPI achar fundamental para que ela não fique com nenhuma dúvida. Então, a direção da Caixa está totalmente à disposição desta Comissão para dar qualquer informação que for da sua competência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado, Deputado. Eu só solicito, então, a V.Exa. ou ao próprio Deputado Colombo que solicite à assessoria da Presidência da Caixa que mande o mais urgente possível, que nós encaminharemos aos Sub-Relatores de Sonegação e Evasão Fiscal, os Deputados Luiz Alberto e Mussa Demes. Não havendo mais quem queira discuti-lo, passamos à votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*. Aprovado. Item nº 3. Requerimento nº 89/03, do Sr. Almir Moura, que *“solicita sejam convocados os Srs. Pedro Moreira Sales, Presidente do UNIBANCO; Gabriel Jaramillo, Presidente do BANESPA; Márcio Cipriano, Presidente do BRADESCO; e Michael Geoghegan, Presidente do HSBC, a fim de prestarem esclarecimentos aos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre possíveis práticas lesivas ao consumidor, no que tange ao uso indevido de dados cadastrais e práticas que ferem a proteção ao crédito”*. Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Almir Moura, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, nesses dias, temos escutado muito falar sobre o TCU. Obras com problemas... Ouvimos muito dizer: o TCU está ali para quê? para fiscalizar o quê? Para fiscalizar o Governo, as ações do Governo. Mas como fiscalizar as ações do Governo se ele não se envolver também na fiscalização do privado, já que é o privado que faz o contrato com o Governo? Outro dia esteve aqui um cidadão da Receita Federal e o Banco Central também mandou dizer que não teria como fiscalizar a SERASA, porque não era uma instituição financeira. É uma instituição financeira, sim. Não podemos desassociar a cabeça do pescoço. Um, sem o outro, não vive. A SERASA, sem os bancos, não vive, e os bancos também não vivem sem ela. São instituições financeiras, sim. Os presidentes desses bancos podem esclarecer muito a esta CPI porque há indícios, dentro daquilo que apuramos, de prática lesiva jurídica, inclusive dos bancos. Eu me permito ler a parte das reivindicações e depois eu falo alguma coisa a respeito. Diz assim: *“Os andamentos dos trabalhos no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito chegaram ao estágio em que urge o comparecimento dos cidadãos supramencionados para que se esclareçam assuntos em torno do objeto da investigação da CPI. Há indícios de que os bancos e outras instituições financeiras tenham adotado práticas antijurídicas e imorais. Antijurídicas*



porque o art. 5º da Constituição está sendo flagrantemente violado e são os bancos que têm o contrato e terceirizaram esses contratos para a SERASA. Imorais porque afrontam direitos fundamentais dos consumidores, resguardados pela legislação ordinária e constitucional. A audiência pública pretendida será, simultaneamente, uma oportunidade para que as entidades referidas promovam sua defesa e os Deputados desta Comissão façam as perguntas que julgarem necessárias". É claro que os bancos... Eu gostaria que os colegas nos ajudassem a aprovar esse requerimento. É o primeiro e único requerimento que eu fiz a esta CPI. Acho que é muito importante. Tenho participado desta CPI, tenho lutado e brigado pelo direito do consumidor, tenho estudado bastante fora. Muitas coisas deixei de falar e estou deixando para a reta de chegada, documentos que ainda temos para fazer. Devo, possivelmente, fazer outros requerimentos e gostaria que os colegas me ajudassem a aprovar este requerimento, trazendo aqui os presidentes dessas entidades. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes de passar para a discussão, quero dizer ao nobre colega e companheiro de partido, Deputado Almir Moura, que eu, como Presidente, já quero até declarar que não tenho problema nenhum de aprovar, de votar a favor do requerimento. O único obstáculo que eu vejo, Deputado Almir Moura, é o nosso calendário. Nós não teríamos — tenho certeza absoluta — tempo hábil para trazer todo esse pessoal aí, até porque aprovamos um requerimento e veio aqui, na reunião passada, o gerente, eu diria, o presidente de tudo isso, que é o Presidente da FEBRABAN. Eu estou tendo dificuldade para abrir e achar uma data para colocar o presidente do maior acionista da SERASA, que é o Banco Itaú, aqui dentro deste calendário que nós temos, que é o Dr. Roberto Setúbal, que foi até convocado. Então, só vejo isso porque são várias pessoas, e, para trazer todo mundo aqui, nós não vamos conseguir datas. Mas eu quero dizer que não tenho problema nenhum. Voto com V.Exa. Sei que o senhor está preocupado e todo mundo está preocupado, mas a pauta nossa está apertada, Deputado Almir.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Pela ordem. Nós poderíamos fazer uma audiência do conjunto dessas pessoas em um único dia. Agora, se nós não trouxéssemos essas pessoas aqui por causa do calendário, seria uma pena, e esta



Comissão deixaria muito a desejar, porque são essas pessoas que viabilizam a SERASA e que estão por trás dela. Cada um desses bancos, dos quais esses homens são os presidentes, tem ações da SERASA. Então, deixaria muito a desejar e seria para mim uma frustração muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Almir, eu sei disso. Eu quero dizer que voto a favor do seu requerimento. Eu quero dizer a V.Exa., por exemplo, que aqui já veio o Presidente da FEBRABAN e nós indagamos se, numa S.A., os acionistas não têm obrigação direta com a empresa. Então, eu até pedi apoio para o nobre Deputado Luiz Fleury ao nosso Requerimento nº 91/03, que é até mais proveitoso porque disse aqui o Presidente da FEBRABAN que existe. Eles montaram um conselho administrativo de administração da SERASA que é montado pelos acionistas. Esse conselho é que diz da política que vai ser implementada naquela empresa, das ações que ela vai fazer e da fiscalização dela. Então, acho que tem mais qualidade trazermos aqui... tentarmos colocar aqui uma brecha para trazer aqui os conselheiros atual e o antigo, ou só o antigo, que é até mais proveitoso do que esse... Bando é de passarinho, mas, vamos dizer assim, esse bando de gente aqui. Eles vão falar a mesma coisa que o Presidente da FEBRABAN falou e nós não vamos ter qualificação na CPI. Então, peço novamente a V.Exa. e reitero a minha posição de apoiar o nobre Deputado, mas vejo dificuldade na colocação do calendário. Eu falei bando, mas é bando de passarinho. Não é bando de ladrão. O Deputado que me pediu a palavra primeiro, Deputado Léo Alcântara, por gentileza.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, caro colega Almir Moura, um pouco na linha do que o Presidente estava falando, esteve aqui, se não me engano, na última ou na penúltima reunião, o Presidente da FEBRABAN. E eu, naquela oportunidade, só tinha uma pergunta a fazer: por que a FEBRABAN não fiscalizava a SERASA? Não cabia nenhuma outra pergunta. A FEBRABAN não podia responder pela SERASA porque ela tem seus conselhos, seus diretores e seu presidente. Então, na mesma linha e ainda com um grau maior de preocupação, não podemos chamar aqui os presidentes dos bancos que são meros acionistas da SERASA. Nós vamos perguntar o que para eles aqui? Eles não estão sob a gestão direta da SERASA e, talvez, muitos deles nem saibam direito o que vem da



SERASA, a não ser lucro ou prejuízo, seja lá o que for. Eles não vão ter condições de responder a perguntas técnicas que nós possamos fazer aqui. Eu, em diversas vezes aqui indaguei, fui contra, bati onde achei que devia bater, mas eu acho que nós temos que nos restringir aqui à SERASA. A FEBRABAN já veio aqui dar o seu depoimento e, naquele momento, eu fiz questão também de perguntar se todos aqueles que faziam parte da FEBRABAN eram acionistas do SERASA e ele respondeu que sim, que, quando a SERASA foi criada, todos aqueles membros da FEBRABAN faziam parte da SERASA. Eram acionistas da empresa S.A., que era a SERASA. Então, ao elencarmos aqui 3 presidentes de banco, nós teríamos que trazer todos os presidentes de banco que são acionistas da SERASA, e não elencarmos 3 ou 4 presidentes de banco. Por quê? Por que o UNIBANCO? Por que o Presidente do BANESPA? Por que o Presidente do HSBC? Ou nós traríamos todos ou, então, nós não podemos escolher 1 ou 2. A não ser aqueles que tenham sido, porventura, presidentes ou diretores da SERASA. Essa é a argumentação que eu faço, e já dizendo que não votarei a favor porque eu acho que senão nós vamos... Nós estamos com um prazo de tempo tão corrido e nós vamos trazer pessoas que não terão condições de responder a perguntas técnicas a respeito da SERASA. Nós temos que nos concentrar. Aqui nós vamos estar desviando o foco. Qual é o foco? O que a SERASA está fazendo de errado, e que essas pessoas não terão condições de nos responder.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu tenho que garantir a palavra, porque ele pediu primeiro, ao Deputado Devanir, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, eu vou ser rápido. Eu também reconheço que o nobre Deputado Almir Moura é um batalhador, é um assíduo nesta Comissão. Eu, que sou Suplente, mas estou sempre aqui também, acho que, quando se trata do direito do consumidor ou do direito do cidadão, nós temos que tomar cuidado. Mas até antecipando o Deputado que me antecedeu, eu já falei isso aqui da outra vez, já teve esse requerimento aqui. Por que chamamos 1, 2, ou 3, se todos são sócios? Também temos que entender o que é uma sociedade anônima. Os acionistas, a SERASA é uma entidade profissional. Temos, na sua diretoria, contratado o pessoal do ramo, que faz aquilo lá. Não é o presidente dos



bancos. O presidente dos bancos tem a ver com a FEBRABAN. Lá é sua federação, que defende a sua política e tal, os seus interesses. Aí, é outro caso. Eu acho que seria, primeiro, um desperdício de tempo. Segundo, eu acho que seria ou prestigiar ou desprestigiar alguém, porque se eu estou prestigiando, eu quero convocar aqui 3, 4 ou 5 bancos, quantos bancos nós temos? Nem sei quantos temos. Talvez tenha tantos quanto tem partidos no Brasil. Partidos tem uns 30 e poucos.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Tem mais... (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Tem mais, não é? Banco deve ter um pouco menos, um pouco mais.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Devanir, além de bancos, o Presidente da FEBRABAN aqui citou que algumas empresas que já foram bancos e que hoje não são mais são também acionistas da SERASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Léo...

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Então, eu votaria contra, até considerando que o nosso tempo é exíguo, porque eu quero ouvir a SERASA. Nós abrimos uma CPI para investigar a SERASA e, até hoje, não ouvimos a SERASA. Depois da SERASA, eu quero ouvir mais alguém. Agora, se não ouvirmos a SERASA, eu fico sem argumentos. Não tem argumentos. Eu até não apresentei nenhum requerimento por causa disso. Se eu não tenho argumentos, como é que eu vou apresentar requerimento que eu baseei no que li na imprensa, que eu baseei no que ouvi falar, no disse que disse. Não vou basear nisso. Eu quero saber. Assim, a SERASA tem que prestar contas. Foi por isso que nós abrimos a CPI para ela. Ela teria que vir aqui. Se nós não concordarmos, aí vamos para cima, tudo bem. Agora, se não fizermos isso, lamentavelmente nós estamos prejudicados até devido ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Almir Moura, eu quero esclarecer ao Deputado Devanir que mesmo o suplente tem participado aqui, e eu me sinto na obrigação de lhe informar. Nós traçamos aqui, já que estamos no final — eu vou repetir mais uma vez —, um cronograma de trabalho para que esta CPI tivesse começo, meio e fim. Até porque esta Comissão Parlamentar de investigação é um assunto... Ela é atípica, porque investiga somente um órgão. Não é uma CPI do Combustível, não é



uma CPI da Pirataria, que investiga “n” pessoas, “n” produtores, “n” distribuidores. E até pelo conhecimento dos nobres Parlamentares, faço aqui uma crítica construtiva: não poderíamos chamar a SERASA, de início, porque cairíamos no vazio, porque nem perguntas teríamos a fazer. Então, esta Presidência, juntamente com todos os membros que estão participando, com o Relator, com os Sub-Relatores, está fazendo um trabalho que considero bonito, magnífico. Na quinta-feira, se o nobre Deputado Devanir vier, vai ver aqui o primeiro convidado ou convocado, salvo algum engano, da SERASA, para responder perguntas extremamente técnicas, não evasivas e sem questão, porque o assunto realmente é complexo. Você tem que entrar dentro do sistema para saber se realmente o sistema lhe dá condições de navegar de uma maneira, negativar ou deixar de negativar e “n” outras características que nós queremos melhorar. Então, é por isso que nós tomamos essa precaução de, quando vierem aqui pessoas, os Sub-Relatores estarem realmente afiados e munidos de documentação que possa realmente se esclarecer aqui. Então, antes de passar a palavra, de novo, ao Deputado Almir, eu reitero o meu pedido, Deputado, até para que não se cause aqui um embate dentro desta CPI. Já vai vir... Já vou colocar na pauta do dia 15/10, já digo aqui a V.Exa., Deputado Fleury, a presença do Dr. Roberto Setúbal, que é o Presidente do Banco Itaú, o maior acionista da SERASA, mas não por isso, porque ele, na época, era o Presidente da FEBRABAN que assinou o convênio. Então, eu acho que ele deve vir aqui até para falar — repito o que falei quando defendi o meu requerimento — da relação entre esses bancos de dados e o sistema financeiro, da necessidade, do porquê disso e do porquê daquilo. Isso é interessante. Vem aqui, vamos ter um requerimento de minha autoria que pede a presença do atual Presidente do Conselho ou do anterior. Realmente, são as pessoas dos acionistas que dão a direção para a S.A. Então, peço a V.Exa. que considere o pedido deste amigo, Presidente de V.Exa., para que a gente não tenha aí um embate e não pare os trabalhos da CPI hoje.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, eu não posso, de forma alguma, concordar com os argumentos do nobre Deputado Léo Alcântara e do nobre Deputado Devanir. No Brasil, tem milhares de lesados. Nós só trouxemos uns 2 aqui, senão íamos trazer todo mundo. O nobre Deputado Léo Alcântara votou a



favor de trazer e o nobre Deputado lá também votou a favor de trazer. Então, não posso concordar com esse argumento de que tem que trazer todo mundo, tem que trazer 80. Não. Pega-se por amostragem, uns 4 ou 5, que eram os maiores que têm ali, e se trazem essas pessoas. Esse argumento, não posso concordar com ele, porque é atentar contra a inteligência. É a minha opinião. E eu tenho o direito de expressar a minha opinião aqui, como o nobre Deputado Léo Alcântara e todos os outros Deputados têm. Posso perder a votação, e, aparentemente, vamos perder a votação, só que eu também vou me reservar o direito de trabalhar de uma outra forma nesta CPI. Vou me reservar esse direito de trabalhar de outra forma nesta CPI. Tenho sido aqui culto, cordato, tenho sido, pelo menos com os Deputados, expansivo, tenho, às vezes, sido incisivo, às vezes, intrépido em demasia. Porém, eu tenho, sempre quando se fala em relação aos Deputados, concordado, tenho buscado acordo, tenho concordado com tudo. Isso aqui não é negativo para ninguém. Obviamente, Sr. Presidente, com todo o respeito que lhe tenho, vou preferir perder no voto, até para eu colocar o meu voto e dizer que eu voto daquela maneira, mesmo porque eu tenho estratégia para a frente, para poder agir. Com todo o respeito que eu lhe tenho, eu não posso agir dessa maneira. Eu só fiz um único requerimento até hoje, que é esse requerimento, que eu acho de vital importância. E volto a pedir aos Deputados que me ajudem a aprovar. Se não aprovar, vou perder, mas vou querer que fique registrado meu voto, porque eu tenho estratégia para agir para frente. Uma coisa eu garanto: não falto a mais nenhuma reunião de CPI aqui. A nenhuma eu vou faltar mais. Tá? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Almir, com todo o respeito que eu tenho por V.Exa., eu sei da sua dedicação. Eu não trouxe, não convoquei, não convidei mais pessoas que tiveram problema com a SERASA porque, repito a V.Exa., teve um cronograma de trabalho. Primeiro estágio, ouvir as pessoas que passaram constrangimento. E eu não tenho dúvida nenhuma, nem V.Exa. e nenhum membro que participou desta CPI tem alguma dúvida ainda em dizer que realmente a SERASA cometeu alguns equívocos, desmandos ou erros, seja lá qual for a palavra. Mas, se formos chamar milhares, vamos ter de chamar quantas mil pessoas aqui? Eu acho que foram suficientes, produtivos e de boa qualidade esses depoimentos feitos no primeiro momento aqui. Eu só quero dizer a



V.Exa. que eu não tenho dúvida nenhuma. Eu voto a favor de V.Exa. no requerimento, só que como é o primeiro requerimento de V.Exa. aqui, acho que nós aprovarmos, e o Presidente não ter uma pauta, não ter data para trazer, é mais frustrante ainda. Então, vamos qualificar, vamos tentar dar qualidade maior a esses ainda que estão. Tem aí o Dr. Roberto Setúbal, tem os membros do conselho de administração, porque nós não temos tempo hábil para trazer todo esse pessoal para vir aqui falar. Eu quero dizer que eu respeito seu requerimento. O senhor tem toda a oportunidade de se expressar. Nunca ninguém... Todos os membros desta CPI podem fazê-lo de forma democrática e educada. Agora, eu só tenho medo é de realmente nós não termos data para trazer todo esse pessoal. Então, não havendo mais... Pois não, Deputado, para encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu até aceitaria o argumento de não haver data, mas não aceito o argumento de ter que trazer todo mundo. Esse eu não aceito. De não haver data, eu até aceito esse argumento, mas, tendo em vista...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Almir, me permita. Esse foi só um adendo que eu fiz, mas o meu argumento maior é se os acionistas teriam o que contribuir, por eles não fazerem parte da administração. O meu argumento maior foi em cima disso, porque o representante da FEBRABAN, o Presidente — se não me engano, era o Presidente — da FEBRABAN, falou aqui por todos e ele teve muito pouco a agregar, porque ele não fazia parte da administração. Então, algumas respostas dele foram evasivas. Por quê? Porque ele não fazia parte. Ele não sabia. Teoricamente, ele não teria como responder a questões técnicas da empresa SERASA. Foi em cima disso, e eu votei a favor da FEBRABAN porque era a entidade representante de quem assinou o convênio. Foi a FEBRABAN que votou o convênio. Eu votei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Inclusive, V.Exa., Deputado Almir, por unanimidade, aqui votou para nem convidar, convocar o Dr. Roberto Setúbal. Se nós estivéssemos protegendo algum presidente de banco, não ia convocar. O senhor sabe o que é.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, nós estamos com dificuldade na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Desculpe, Léo, quer terminar.



O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Ele estava com o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Já finalizou. Deputado Almir.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu aceito vosso argumento. Eu até aceito o vosso argumento, a vossa solicitação. O que me fez também intransigir foi exatamente o argumento que veio da intransigência também. Foi isso que fez. Aí, eu prefiro perder no voto. Eu prefiro perder, mas marcar minha posição. Aí que eu preferia. Eu gostaria de saber, inclusive, na votação, quem tem que ter a maioria. Que o senhor por favor me dissesse, para poder votar.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Maioria simples.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Se a maioria simples votar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tendo *quorum*, é a maioria simples?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Tendo *quorum*.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Isso que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - *Quorum* já tem.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - E se porventura se votar o “não” e o “não” ganhar do “sim” por 1, por exemplo, como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - É “não” ao requerimento.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - E se cair o *quorum*? E se o *quorum* cair?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Cai toda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só se V.Exa. — que eu tenho certeza que não vai fazer isso, porque prejudicará todo o andamento — pedir verificação.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Porque eu entendo... Eu até acataria, no mesmo momento, no mesmo instante, se os nobres Deputados me pedissem para retirar de pauta, simplesmente fosse um pedido desse, mas tentaram derrubar um argumento, colocando outro argumento. É essa parte que eu não aceitei.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Desculpe, mas eu não aceitei. Foi isso. O senhor entendeu? Se me pedisse, se me solicitasse, mas não é isso, não é aquilo,



mas não é aquilo outro, mas não é assim. Aí, não. Aí, já é contra a pessoa. Desculpe.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Eu falo aqui por mim. Não falo pelos outros. Não conversei. Eu apenas estou marcando aqui a minha posição. Não sei de outros colegas. Estou marcando aqui a minha argumentação. Em momento algum, nesta CPI, eu fui buscar, fui pedir voto a um ou outro. Eu apenas procurei o Presidente quanto à questão da convocação do Ministro Palocci, porque, na última reunião, tinha ficado que tentaria se marcar uma audiência. Apenas fui perguntar para ele sobre a questão específica do Ministro Palocci. Não procurei. Não pedi nada. Eu acho que cada Deputado aqui tem sua opinião formada. Vai votar “sim” ou “não”. Em outras coisas polêmicas aqui, nós tivemos votação. Nunca houve um conluio, nem Deputados se juntarem para derrubar ou aprovar requerimento “a”, “b” ou “c”. Pelo menos, não do meu conhecimento. Se V.Exa. retirar, logicamente... Acredito que o Presidente fez o apelo para que realmente não fosse, porque — aqui eu estou falando do meu ponto de vista — eles não teriam nada a agregar para nós aprofundarmos, realmente, o que existe de errado com a SERASA. Esse é o meu argumento. Não fui pedir voto de ninguém, nem vou. Cada Deputado aqui tem a sua consciência e o seu trabalho. Eu apenas, quando V.Exa. colocou seu ponto de vista, fui colocar o meu, como primeiro inscrito. Tenho conversado com V.Exa., várias vezes. Em 99,9% das vezes, votamos na mesma direção, mas sem... Eu nunca procurei V.Exa. para saber como V.Exa. ia votar, como também não procurei ninguém aqui para saber como ia votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes de passar a palavra ao Deputado Fleury, eu quero reiterar, Deputado Almir, que o meu apelo a V.Exa. foi no sentido... Quero deixar bem claro que, independente da opinião do Deputado Léo, de cada um que tem a sua opinião, eu só estou vendo, como Presidente, que é quem faz a pauta, dificuldade em trazer, de acordo com a nossa prorrogação, todo esse pessoal para vir aqui. Certo? Nós temos aí depoimentos a serem ouvidos, que são importantíssimos, que têm qualidade realmente, que são inerentes ao assunto que nós estamos tratando aqui. Eu não vejo... E outra: a gente ouviu, Deputado Almir Moura, o Presidente da FEBRABAN, que engloba todas as associações, todos os bancos no Brasil. Então, o meu apelo é nessa direção.



O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Lógico, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Mas quero reiterar que, se pudéssemos e tivéssemos data, não tenho dúvida que seria interessante a vinda desse pessoal aqui. Sempre alguma coisa a gente pode arrancar deles, inclusive, quando os Deputados fazem parte e vêm aqui perguntar as coisas em que têm interesse, porque, eu quero dizer a todos, de uma maneira geral, a todo mundo, não adianta só vir também perguntar baseado no requerimento que fez e nas outras audiências não vir, porque a pergunta fica evasiva, porque perde o fio da meada e não sabe do rolo a metade. Então, é esse o apelo que faço a V.Exa. Só isso. Deputado Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, eu até não pretendia discutir esse requerimento, mas eu tomo a liberdade de fazê-lo, mais no sentido de buscar a harmonia com que esta Comissão tem sempre pautado seus trabalhos. O que está ocorrendo aqui, na minha avaliação, é que o Deputado Almir Moura, ao pretender ouvir alguns acionistas da SERASA, com todo o respeito e admiração que tenho por S.Exa., eu entendo que isso seria útil caso o acionista dentro de uma S.A. participasse diretamente da administração da empresa. Ocorre que a Lei das S.A.s é muito clara: o acionista não participa e não tem sequer responsabilidade pelos atos praticados pela empresa. Quem tem a responsabilidade pelos atos praticados pela empresa é exatamente a direção da empresa, os diretores da empresa. Com todo o respeito, eu acho que esse requerimento seria mais apropriado numa CPI dos bancos, não numa CPI da SERASA, porque nós não estamos investigando aqui, e não está dentro do âmbito de investigação desta CPI, a conduta dos bancos e, sim, da SERASA. E nós estaríamos desviando o foco no momento em que a CPI está, vamos dizer assim, caminhando para o seu final, de uma forma muito clara. Eu faria um apelo ao Deputado Almir Moura, mesmo porque o que nos interessa é encontrar uma... Fazer um relatório, Deputado Almir, que proteja o cidadão contra os abusos praticados pela SERASA. Então, me parece, com todo o respeito a V.Exa., que, se esse requerimento vier a ser aprovado e nós não chamarmos os presidentes de bancos, como colocou o Presidente, por falta de espaço e de tempo, esta CPI ficará numa situação extremamente delicada por ter aprovado um requerimento e aí, sim, poderão dizer que nós estamos nos curvando



aos interesses dos bancos brasileiros. Então, esse o apelo que faço a V.Exa., até em nome da harmonia e principalmente da credibilidade desta CPI, no sentido de que V.Exa. reconsidere o seu requerimento, sabendo que, evidentemente, esse requerimento, em primeiro lugar, fará com que sejam convocados Presidentes de bancos que vão se sentar nesta CPI, estarão aqui e eventualmente poderão dizer: *“Olha, quem cuida disso é o meu departamento jurídico. Eu não tenho informações a respeito”*, porque exigir que um presidente de banco saiba em detalhes, em pormenores, como as informações fornecidas pela SERASA são utilizadas pelos seus bancos, realmente, nós sabemos que, para isso, existem os diretores. Seria a mesma coisa que nós convocarmos o Presidente da República para falar de qualquer assunto que diga respeito a um Ministério. Por essa razão, eu faço o apelo ao Deputado Almir Moura para que retire seu requerimento. Tenho certeza de que ele contará — como sempre contou — com o apoio de todos nós, até em nome da própria CPI, para que não passe a impressão, amanhã, de que nós aprovamos a convocação de presidente de banco e resolvemos não chamá-los aqui por uma questão de tempo, porque isso é mais difícil de explicar e, em política, tudo que tem que ser explicado. É melhor não fazer porque, se você tem que dar explicação, sempre fica um resíduo negativo a respeito disso. É a minha posição, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado, Deputado Fleury. Muito bem colocado por V.Exa., como diz o nosso Secretário, “mandou” muito bem o Deputado Fleury. Eu indago, então, ao nobre Deputado Almir Moura, senão, Deputado Almir, eu voto a favor com V.Exa., não tenho dúvida nenhuma, mas se eu não achar uma pauta, vai ficar até passivo de alguém dizer: *“Olha, o Presidente que tem, de acordo com o Regimento, a incumbência de fazer a pauta, por que não trouxe?”* Eu não quero que paire nenhuma dúvida aqui. Eu, o nobre Relator, os Sub-Relatores, estamos aqui preservando a imagem não da CPI, mas de todo mundo, da Câmara, para que não aconteça aí... Esta CPI, quero dizer a V.Exas., pode não ter os holofotes que estão tendo algumas outras, mas ela, até hoje, não teve nenhum equívoco.



O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Ainda bem, Presidente. Estamos fazendo, mineiramente, mais um trabalho que, eu tenho certeza, vai ser excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não teve holofote, mas não teve nenhum equívoco aqui de mandar prender alguém que não poderia ser prendido, para que depois a Câmara Federal arcasse com todos os ônus de uma possível ação de indenização. Indago de novo e digo ao senhor: nós temos aqui, nobre Deputado, no dia 15/10, o Dr. Roberto Setúbal, o maior acionista da SERASA, convocado, veja bem, com todo mundo aqui, não teve um voto contra. O senhor venha, se prepare — mais preparado que o senhor é, eu não tenho dúvida nenhuma. Vamos indagá-lo, vamos apertá-lo, como se diz. Temos aqui, no dia 16/10, a presença do Presidente da SERASA, Dr. Élcio Aníbal de Lucca. Antes disso, ainda temos os membros do conselho, porque não teria problema nenhum. Se V.Exa. sentir que eles não foram convincentes, solicite até, que, daí, eles são convocados, não convidados, que nem outra CPI, aqui é convocado. Se o senhor solicitar que nós prendamos aqui o Presidente da SERASA, porque ele veio mentir, baseado em tudo que o senhor ouviu aqui, nós não teremos problema nenhum em pedir que isso aconteça, mas eu tenho certeza que é uma testemunha que está enquadrada dentro do que nós estamos querendo ouvir aqui e pode ser indagado com as perguntas que nós estamos fazendo, inerentes ao assunto. Então, eu faço esse apelo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, é óbvio que, na rodada de conversas, o Deputado Léo Alcântara explicou, e eu havia entendido da forma como me expressei. Achava que deveria ter havido um pedido realmente para retirar. Eu achava dessa forma. Não que os Deputados tivessem obrigação de fazê-lo. Cada um aqui é livre, tem seu livre arbítrio para exercê-lo da melhor maneira. É árbitro de si mesmo. Então, posta a coisa do jeito que foi posta, colocado o argumento da maneira que foi colocado e entendido como foi entendido, eu retiro o meu requerimento, mas ressaltando que eu havia entendido que era uma situação de confronto, e não uma situação para se retirar, não de V.Exa. Muito obrigado. Está retirado. Eu retiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado, Deputado Almir Moura. Passamos ao próximo requerimento. Requerimento nº 90/03, do Sr. José Militão e outros, que *“requer seja convocado o Dr. Délio Malheiros, advogado do Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Estado de Minas Gerais para prestar depoimento nesta Comissão sobre denúncias envolvendo a SERASA, formuladas por consumidores mineiros”*. Na ausência do Deputado José Militão, eu peço ao Deputado Fleury que faça a gentileza de encaminhar a matéria, e assim lhe concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, o Deputado José Militão, de Minas Gerais, do meu partido, faz esse requerimento porque conhece o Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Estado de Minas Gerais. É um dos movimentos organizados da sociedade civil de maior relevância e que, realmente, fiscaliza o cumprimento das normas de defesa do consumidor e, por certo, o Dr. Délio Malheiros, que assessora juridicamente essa organização, trará importantes esclarecimentos e sugestões para que nós possamos aperfeiçoar esse trabalho. Por essa razão, o Deputado José Militão apresenta o requerimento, que endosso, e votarei a favor da sua aprovação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não podia ser diferente. Esta Presidência também esclarece ao nobre Deputado Fleury que é a favor do requerimento, não tenha dúvida nenhuma, mas esclarece também que esses depoimentos são de pessoas que sofreram realmente problemas diretos com a SERASA. É uma associação. Esse tema já foi abordado no primeiro estágio. Vamos novamente fazer força.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Se o Deputado José Militão estivesse aqui, Sr. Presidente, ele poderia retirar. Eu não posso fazê-lo. Senão, retiraria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu não tenho dúvida. Eu só gostaria de deixar ao vivo e gravado que eu sou a favor do requerimento. Vamos tentar fazer força para encaixar em alguma pauta.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Vamos adiar, então, Presidente, com a presença do Deputado José Militão.

(Não identificado) - Peço vista, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - É que foi acordado no começo das votações que nós não iríamos tirar nenhum de pauta.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sim, mas ele não tem como votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu diria o seguinte. Eu sugeriria a V.Exas. aprovarmos o requerimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - ...E fica a critério da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não. Eu vou tentar, de maneira contundente, encaixar em alguma data aqui. Se nós conseguirmos, muito bem, se não der...

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Se aprovarmos aqui e ficar sob sua incumbência, Minas Gerais cairá na sua cabeça, Sr. Presidente, e Minas Gerais é grandinha.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - E esse movimento não é brincadeira.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - O movimento é grande. O movimento é forte.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Nós temos aqui requerimento para convidar ou convocar mais 1, 2, 3. E qual vai ser a nossa prioridade para chamar "A", "B" ou "C"?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Léo, a prioridade, nós já temos definida com os Sub-Relatores. Isso é tranquilo. Inclusive, já temos nossa pauta aprovada. Mas não tem... Eu acho que baseado... Eu acho que é um membro que envolve essa associação.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Porque nós não vamos deixar de ter aqui o Presidente do Conselho de Administração da SERASA. Esse não pode deixar de vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Essa é uma das prioridades. O próprio Presidente da SERASA é outra prioridade. Nós temos aí algumas séries... Então, não havendo mais quem queira discuti-lo, passamos à votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.



Requerimento nº 91/03. Eu peço ao Deputado Zico Bronzeado que assuma a Presidência para que eu possa defender e encaminhar esse requerimento, que é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Requerimento nº 91, do Sr. Giacobbo, que *“requer seja convocado o Sr. Luiz Fernando Peres, Presidente do Conselho de Administração da SERASA S.A., para prestar esclarecimentos a esta Comissão referentes àquela empresa”*. Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Giacobbo.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que esse requerimento realmente é importantíssimo, baseado principalmente na qualidade, que vai tirar todas as dúvidas do que os bancos fazem, que elaboram esse Conselho para que possa administrar, evidenciar a política administrativa da própria SERASA, a sua própria fiscalização, o que é que esse Presidente pode dizer para nós de tudo que ocorreu na assinatura do convênio e que vem ocorrendo até hoje. E eu quero aqui acatar a sugestão do Deputado Fleury, que pediu o apoio dos nobres pares, para que não seja convocado somente o Presidente atual do Conselho de Administração da SERASA, mas o antigo Presidente desse Conselho, na época da assinatura do convênio até sua extinção. E me passa aqui o nobre Secretário que o nome seria Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu — deve ser parente de V.Exa., não é? Então, eu pediria... faria esse... Indago do Secretário se posso fazer esse adendo aqui para que fosse aprovada a convocação.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Presidente, a minha sugestão foi que se convocasse só o anterior.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Só o anterior?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - O atual tomou posse, ao que eu saiba, há 90 dias. Quer dizer, ele vai falar no convênio de 2002. Acho que ele não teve tempo nem de esquentar a cadeira, Presidente.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Deixa eu só tentar dizer, Deputado Fleury: é importante, dentro desta CPI, não só analisarmos o passado, mas o presente e principalmente o futuro. O que é o futuro? O futuro me chega às mãos, agora há pouco, através de uma informação que esta CPI não tinha e que, a meu ver, foi



sonogada, não digo de modo ilícito ou de má-fé, pela Secretaria da Receita Federal, de que existe, sim, um convênio atual entre a Secretaria da Receita Federal e a FEBRABAN. Então, existe. Disseram que tinha sido extinto. Foi extinto, mas foi feito de novo.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - E foi a própria FEBRABAN que informou aqui.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - É, que assinou agora. Então, para a gente saber, já que é o Conselho que dita as diretrizes da empresa, da S.A., ou que opina ou não sobre a política que vai ser realizada, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Não é.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Não é.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Não é.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - A função exata do Conselho é somente de...

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - A função do Conselho de Administração é fiscalizar as contas. A orientação é dada pela Diretoria, Presidente. Na verdade, eu acho que está havendo uma inversão. Nós já temos aí a possibilidade de ouvir o Presidente da Diretoria do SERASA. Esse é fundamental.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Então, eu acato a ...

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Se houver...

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Eu acato.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Vamos deixar para ver da necessidade ou não mais à frente. Eu acho que não é o momento agora de se aprovar esse requerimento, porque o Presidente do Conselho de Administração vai dizer...

O SR. DEPUTADO GIACOBO - O senhor fala o atual?

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - O atual e mesmo o anterior. O anterior vai dizer que o convênio foi feito pela diretoria, entendeu? Quer dizer, então, não é função do Conselho de Administração orientar as ações de uma empresa, de uma S.A. Quer dizer, então, o que nós temos que trazer aqui é diretoria mesmo. Então, eu faria um apelo a V.Exa., da mesma forma que fiz ao Deputado Almir Moura, que nós deixássemos... Se V.Exa., depois de ouvir o Presidente da diretoria — e eu conversava aqui com outros Deputados —, entender conveniente trazer o



Presidente do Conselho, nós aprovamos um requerimento extrapauta, porque não me parece necessário. Estou preocupado, Presidente, com o tempo, porque, veja, nós vamos ter que ouvir o Presidente da SERASA. Isso vai ser uma sessão longa, e, depois disso, nós poderemos precisar de outras datas para ouvir outras pessoas. Então, eu faria esse apelo a V.Exa. Vamos ganhar tempo.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Eu concordo em termos com V.Exa., mas eu tenho que discordar no sentido. Eu tenho humildade suficiente para prestar atenção, e o senhor me disse que o Conselho de Administração realmente é um órgão fiscalizador da empresa S.A., sociedade anônima, correto? Então, passou por aqui o Presidente da FEBRABAN e disse que realmente não tem conhecimento desses equívocos que comete a SERASA, e muito menos o representante da FEBRABAN, que, na época, veio aqui a título só de representante, não foi nem fruto de requerimento aprovado. Ele disse que também acha — eu indaguei dele — que não houve quebra nenhuma, atos irregulares no convênio firmado por parte da SERASA, em nenhum momento. E eu discordo, porque eu aprendi a ler e interpretar. Eu acho que eu sei, porque eu não tenho Faculdade de Direito, mas eu posso ler o convênio que foi realizado em 98, salvo engano, entre a União, a Secretaria da Receita Federal e a FEBRABAN, estendendo à SERASA esse benefício. E tem lá um § 5º que fala que a SERASA, mesmo a FEBRABAN, em nenhum momento, poderia repassar as informações, mesmo sem ônus, gratuitamente, sem cobrar nada a ninguém — ninguém — mesmo aquela única informação que ela recebeu, que diz a Receita Federal que era somente o CPF e o nome da mãe e do pai. Em nenhum momento. E o que não acontece, que a gente sabe, já está mais do que provado, que a SERASA comercializou todas essas informações. Então, eu gostaria de ouvir aqui, Deputado Fleury, esse Conselho, esse administrador do Conselho, esse Presidente, o que ele disse, a opinião dele, por que é que eles, como Conselho fiscalizador, não tomaram nenhuma atitude na época. Porque, na época, existiam, Deputado Fleury, logo depois da assinatura, salvo algum engano, acho que 2 anos depois, várias ações do Ministério Público Federal que culminaram aí em tutela antecipada etc., no próprio Tribunal de Contas da União, para que se veja se o convênio era bom ou ruim. E o Conselho nada fez, ou não sei, eu quero escutar dele isso, qual a atitude que o Conselho tomou em cima disso, porque as ações existem.



Não é uma. São milhares de ações contra a própria SERASA, ela sendo a ré ou ela sendo... E assim por diante. E, lá na frente, pode refletir, porque tem aquele cidadão que processa a Pernambucana — estou citando um exemplo fictício — porque a Pernambucana o negativou, mas não foi, a SERASA disse que quem negativa não é ela, é o credor e assim por diante. Então, existem milhares de ações nesse sentido. E eu gostaria de ouvir aqui do Conselho Administrativo por que é que até hoje ainda não foi tomada nenhuma precaução para que essas ações não ocorram, porque, onde tem uma fogueira, é porque a coisa está pegando fogo. Então, essa é a minha colocação, que o Conselho, qual é... Inclusive para nós sabermos aqui, Deputado Fleury, para nos orientarmos no relatório final, já que ninguém está fiscalizando. A Secretaria da Receita Federal, que teria e tem o poder de fiscalizar, repito, qualquer pessoa que existe, contribuinte, pessoa jurídica ou física, não o fez. Nós temos aqui documento dizendo que a Secretaria da Receita Federal, nos 5 anos passados, que é os que podem ser fiscalizados, contábeis, nunca o fez. Quero saber da Secretaria da Receita Federal, se eu pudesse, qual o critério que ela usa para a fiscalização, que eu já citei exemplos. Eu, particularmente, no ano contábil de 2001, em um ano, sofri 5 fiscalizações federais na minha empresa, que não fatura nem 10% do que fatura a SERASA. Então, qual é o critério que ela usa? Então, ela não fiscaliza, o Banco Central não fiscaliza, porque não é FEBRABAN, não é órgão não sei o quê. Então, o que o Conselho faz? Os acionistas não têm juridicamente a “responsabilidade” — entre aspas — de assumir toda essa parafernália que está aí. Então, pelo menos o Conselho.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Presidente, se eu fosse advogado de defesa, eu aprovaria e votaria com V.Exa. com tranquilidade, porque V.Exa. pode estar dando a grande brecha para que o grande responsável ou os grandes responsáveis escapem em relação a isso. Porque, se assim for, Sr. Presidente, se V.Exa. entende que o Conselho de Administração tem alguma responsabilidade, nós vamos ter que indagar das atas do Conselho de Administração, onde esse assunto foi tocado, ver quem votou a favor e quem votou contra. E, com isso, a diretoria da SERASA, que me parece, até o presente momento, a responsável pela execução, encontrará um argumento de ouro para se safar e jogar a culpa em quem juridicamente, pelo menos na minha avaliação, não



tem a responsabilidade direta. Então, por isso é que eu estou insistindo, e me permita, eu não queria até usar esse argumento publicamente, mas estou usando, porque me parece que não é o momento. Vamos ouvir o Presidente da SERASA. Se ele jogar para cima do Conselho de Administração, aí nós chamamos o Presidente do Conselho. Agora, para que já dar para ele o *habeas-corporis*, para que já dar para ele a saída? É o que nós vamos dar, Presidente, é o que vai acontecer. Por essa razão é que eu estou falando que é uma questão de sistemática de investigação, entendeu? Quer dizer, se a gente quiser atingir alguém com esta CPI, senão vai ser diluído, vamos ter que trazer todos os conselheiros, ver como votou um, como votou outro, entendeu? E a diretoria vai ficar se lavando em “água de rosas”, como a gente costuma dizer lá no interior de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Então, eu peço a colaboração de V.Exa. Nós, sempre que tivemos embates sobre requerimentos meus, embates construtivos, quero dizer, V.Exa. sempre nos ajudou. Eu, graças a Deus, tenho a humildade realmente de ver o que é melhor, de qualidade, para que esta CPI não acabe em *pizza*, como dizem. E tenho certeza de que isso não vai ocorrer. Então, peço que aprovemos, Deputado Fleury, mas, como sou o Presidente e faço a pauta, eu não chamarei nenhum ex-Presidente do Conselho antes de ouvir o Presidente da SERASA, que está marcado para o dia 16/10.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - V.Exa., então, vai propor que seja convocado o ex-Presidente.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - O ex-Presidente, mas não o chamarei antes de ouvir o Presidente da SERASA.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Estou de acordo com V.Exa., aprovado nesses termos.

O SR. DEPUTADO GIACOBO - Se o Presidente da SERASA vier aqui e assumir toda a responsabilidade... Eu quero trabalhar — eu sou leigo — o que a Justiça vai dizer. Eu quero que a Justiça realmente aja de acordo com o ordenamento do Judiciário. Se ela achar que vai sobrar para o Conselho, então, vamos atrás do Conselho. A CPI, o Relator, que vai fazer o relatório, vai punir o Conselho na sua administração. Se a Justiça achar que o Conselho não tem nenhuma culpa dessa má administração, fica só a cargo da diretoria. Então, que a



diretoria seja culpada e se encarregue de resolver toda essa problemática da CPI. Então, eu faço esse apelo. Eu mudo aqui, tiro o nome do Dr. Luiz Fernando Peres — isso é possível — e incluo, baseado na informação que me chegou, desde que seja verdadeira, o nome do Dr. Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu, que, quero reiterar, tem que ser o Presidente do Conselho de Administração da época, de 1996 ou 1997 para a frente. Então, eu peço o apoio a V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Era essa a sugestão que ia dar: que nós aprovássemos, e, se, por acaso, o Presidente da SERASA realmente jogasse alguma coisa para o Conselho de Administração, já estaria aprovado. V.Exa., como Presidente, imediatamente pautaria, até porque eu acho que mais importante que o Conselho de Administração, e nós não chamamos, era o Diretor Jurídico da SERASA na época da assinatura do convênio, porque ele iria dizer: “*Estava embasado*” ou “*Não estava embasado*”. Se nós acharmos errado, aí nós já temos, aí não tem mais para quem jogar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Para encerrar esta discussão, Deputado Giacobbo...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Foi retirado?

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Não, não. Modificado, colocado o nome do ex-Presidente do Conselho de Administração, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Encerrada a discussão. Em votação o requerimento, com a mudança do nome Luiz Fernando Peres para Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu, parente do Deputado Léo?

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Não tem nada a ver comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. DEPUTADO GIACOBBO - Muito obrigado, Deputado Léo. Só quero, para terminar, já que foi aprovado, dizer que eu não estou preocupado só com a parte jurídica do convênio. O convênio, qualquer leigo vai ler e vai saber que não poderia. É claro. Está lá claro. Não pode, de maneira alguma, a informação. A parte jurídica, qualquer... Eu estou também preocupado com a parte administrativa, porque é o que vai perdurar daqui para a frente, se o órgão não for extinto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Item 6 da pauta.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Retirado pelo autor o item 6. Item 7 da pauta. Requerimento do Sr. Giacobbo, que "*requer seja convidado o Sr. Carlos Pastor, Presidente da ABRACHEQUE, para prestar esclarecimentos a esta Comissão*". Para encaminhar a matéria, com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO GIACOBBO - Eu só quero, para ser imparcial e bem democrático com todos vocês, dizer que o requerimento é meu e também vai ficar dentro do cronograma, se possível, da pauta, certo? Então, eu peço apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zico Bronzeado) - Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Aqueles que são a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu só pediria a atenção dos nobres colegas Deputados para que, desta audiência em diante, nós tenhamos uma presença contundente e maciça de nós todos que estamos aí. Principalmente, eu peço a V.Exas., Deputado Devanir... Também no dia 02/10, a audiência pública, uma reunião pública, perdão, com o Sr. Líbio Seixas Júnior, Diretor de Planejamento de Agências da SERASA. Muito importante. O nosso Sub-Relator que cuida da parte de informática, de processamento, tem várias perguntas. Vai ser uma audiência bem construtiva. Vai tirar várias dúvidas que nós possamos ter. Será marcada para as 10 horas da manhã de quinta-feira, dia 02/10.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, até como sugestão, se V.Exa. pudesse encaminhar já as datas, porque nós temos inclusive audiência com o Ministro Palocci. Eu, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Já está marcado, no dia 7/10, às 10 horas.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Dia 7. Então, para a gente poder programar a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Farei isso.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Léo.



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Inclusive eu comuniquei a V.Exa. que eu só tomei conhecimento que teria esse depoimento agora. Não vou poder estar aqui na quinta-feira, porque nós temos convenções. Inclusive, eu tenho um problema: minha esposa vai sofrer uma intervenção cirúrgica e eu não posso deixar de estar no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tudo bem. A Presidência agradece. Agradeço a presença de todos. E, nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião para dia 2, quinta-feira, às 10 horas da manhã, no Plenário 9 deste Anexo, quando será ouvido o Sr. Líbio Seixas Júnior, Diretor de Planejamento e Agências da SERASA. Está encerrada a reunião.